

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

INSTITUTO ANTÔNIO CARLOS
PIPPONZI

31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019

INSTITUTO ANTÔNIO CARLOS PIPPONZI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Índice

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos superávits (déficits)

Demonstrações dos superávits (déficits) abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores da
INSTITUTO ANTÔNIO CARLOS PIPPONZI
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do **INSTITUTO ANTÔNIO CARLOS PIPPONZI** (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do superávit (déficits), das mutações dos superávits (déficits) abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO ANTÔNIO CARLOS PIPPONZI** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo relatório datado em 30 de abril de 2020 foi emitido sem qualificações.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2021.

Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2



Ricardo José Patine Filho
Sócio Diretor
CRC 1SP252050/O-9



Ricardo Augusto de Souza
Gerente Sênior
CRC 1SP258186/O-4

QUADRO 1

INSTITUTO ANTÔNIO CARLOS PIPPONZI

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	232.713	799.163	Fornecedores	5	1.088	5.486
Adiantamentos		1.125	328	Tributos a recolher	6	317	1.573
Impostos a recuperar		460	331			1.405	7.059
Apoio a projetos condicionados	4	-	75.000	Patrimônio social	7		
		234.298	874.822	Superávits acumulados		233.225	868.095
Não circulante						233.225	868.095
Intangível		332	332				
		332	332				
Total do ativo		234.630	875.154	Total do passivo e patrimônio social		234.630	875.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

INSTITUTO ANTÔNIO CARLOS PIPPONZI

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas de doações	8	7.815.257	2.100.000
(-) Impostos incidentes		(977)	(1.745)
(-) trabalhos voluntários	13	<u>15.055</u>	<u>1.455</u>
Superávit operacional		7.829.335	2.099.710
Despesas com projetos	9	(7.751.944)	(941.000)
Serviços tomados de terceiros	10	(443.688)	(196.812)
Despesas tributárias	11	(253.573)	(84.913)
Despesas de comunicação & desenvolvimento	12	(14.993)	(9.952)
Trabalho voluntário	13	(15.055)	(1.455)
Despesas administrativas		(2.430)	(1.416)
Ocupação		-	(29.008)
Viagens		<u>-</u>	<u>(1.407)</u>
Superávit operacional antes do resultado financeiro		<u>(652.348)</u>	<u>833.747</u>
<i>Resultado financeiro</i>			
Receitas financeiras		24.565	43.640
Despesas financeiras		<u>(7.087)</u>	<u>(9.292)</u>
Resultado financeiro	14	<u>17.478</u>	<u>34.348</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u><u>(634.870)</u></u>	<u><u>868.095</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

INSTITUTO ANTÔNIO CARLOS PIPPONZI

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit (déficit) do exercício	(634.870)	868.095
Resultado abrangente total	<u>(634.870)</u>	<u>868.095</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

INSTITUTO ANTÔNIO CARLOS PIPPONZI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em reais)

	<u>Superávit Acumulado</u>	<u>Superávit do Exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Incorporação ao superávit acumulado	868.095	(868.095)	-
Superávit do exercício	-	868.095	868.095
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>868.093</u>	<u>-</u>	<u>868.095</u>
Incorporação ao superávit acumulado	(634.870)	634.870	-
Déficit do exercício	-	(634.870)	(634.870)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>233.221</u>	<u>-</u>	<u>233.225</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

INSTITUTO ANTÔNIO CARLOS PIPPONZI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<i>Fluxo de caixa das atividades operacionais</i>		
Superávit (déficit) do exercício	<u>(634.870)</u>	<u>868.095</u>
	<u>(634.870)</u>	<u>868.095</u>
Diminuição (aumento) em adiantamentos	(797)	(328)
Diminuição (aumento) em impostos a recuperar	(129)	(331)
Diminuição (aumento) em Apoio a projetos condicionados	75.000	(75.000)
Aumento (diminuição) em fornecedores e contas a pagar	(4.398)	5.486
Aumento (diminuição) em tributos a recolher	<u>(1.256)</u>	<u>1.573</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(566.450)</u>	<u>799.495</u>
<i>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</i>		
Diminuição (aumento) em intangíveis	<u>-</u>	<u>(332)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(332)</u>
Aumento de caixa no exercício	<u>(566.450)</u>	<u>799.163</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	799.163	-
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	<u>232.713</u>	<u>799.163</u>
	<u>(566.450)</u>	<u>799.163</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO ANTÔNIO CARLOS PIPPONZI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em reais)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Antônio Carlos Pipponzi, fundado em 18 de abril de 2019 (“Instituto”), é uma associação direito privado, sem fins lucrativos ou econômico, que tem por missão e objeto social contribuir para o desenvolvimento organizacional e o fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil com finalidade de interesse público, movimentos sociais, redes e coletivos com finalidade de interesse público e empreendimento com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável, por meio do apoio técnico, financeiro e de articulação com órgãos públicos, outras organizações da sociedade civil, empresas ou pessoa física.

Apoia projetos de desenvolvimento organizacional de iniciativas comprometidas em gerar impacto positivo na sociedade brasileira. Interessados nas mais diversas causas, com restrição apenas na área da saúde, por este já ser o foco de atuação social da empresa da família. Também apoia iniciativas de modelos organizacionais variados: sejam elas: OSCs, movimentos sociais, redes coletivas ou negócios de impacto.

Apoia, por exemplo, projetos de planejamento estratégico e tático, fortalecimento de governança, avaliação, desenvolvimento de capacidades para mobilização de recursos e parcerias, aprimoramento pedagógico, maior eficiência administrativa e de gestão, desenvolvimento de lideranças e times, comunicação e inovação, dentre outros.

Participa além do investimento financeiro. Por isso, sempre identifica se tem como oferecer apoios ampliados tais como articulação e apoio técnico, é, essencialmente, um grantmaker que procura boas propostas de investimento apresentadas por lideranças que demonstrem capacidade de realização. Acredita em relações de parceria de longo prazo, baseadas na confiança e no respeito à autonomia das iniciativas.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (exceto quanto mencionado o contrário), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros

A moeda funcional do Instituto é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria do Instituto em 12 de março de 2021, considerando os eventos subsequentes até esta data.

2.2. APURAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICT)

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime de competência.

2.3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

De acordo com o CPC 03 (IAS 7), o caixa e equivalentes de caixa compreendem o caixa e aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com possibilidade de serem resgatados no curto prazo (três meses da data de aquisição). Os saldos bancários negativos são apresentados no passivo circulante

2.4 APOIO A PROJETOS CONDICIONADOS

Composto pelos recursos empenhados pelo Instituto junto aos projetos apoiados, os quais ainda não foram utilizados até o encerramento das demonstrações financeiras. Por esse motivo, referidos recursos figuram no ativo do Instituto.

2.5. AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência.

Não há impactos de ajuste a valor presente nas operações do Instituto. As dívidas são basicamente bancárias com atualização e juros já registrados a valor presente, além da receita não haver juros embutidos em sua formação de preço.

2.6. AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7. INTANGÍVEL

É apresentado pelo custo de aquisição das marcas e patentes, deduzidos, quando aplicável, das perdas por não recuperação acumuladas.

2.8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os únicos instrumentos financeiros do Instituto em 31 de dezembro de 2020 estão representados por caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores de serviços, os quais se aproximam do valor justo nessa data.

2.9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, usufruindo, dessa forma, de isenção, que assegura o não pagamento/recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

2.10. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que a sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.11. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

O Instituto apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit ou déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Bancos conta movimento	10	10
Aplicações financeiras	<u>232.703</u>	<u>799.153</u>
	<u><u>232.713</u></u>	<u><u>799.163</u></u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos por saldos de caixa e depósitos bancários à vista

4) APOIO A PROJETOS CONDICIONADOS

Para cada projeto apoiado o Instituto celebra Instrumento Particular de Doação, formalizando as tratativas e objetivos a serem almeçados com os recursos empenhados.

Via de regra, as doações realizadas pelo Instituto são efetuadas em caráter “não condicional”, todavia, a administração do Instituto realiza o acompanhamento tempestivo quanto andamento e execução dos projetos, por meio dos controles gerenciais pactuados entre as partes.

O saldo de R\$ 75.000 registrado em 31 de dezembro de 2019 se referia ao valor da verba não utilizada em 2019 pelo parceiro Projeto Gife. A verba foi utilizada no projeto em 2020, sendo que no encerramento do exercício corrente, não existiam verbas pendentes de utilização pelo Instituto.

5) FORNECEDORES

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Quality Serviços Empresariais s/s Ltda	1.088	986
Impulsus Consultoria Ltda	<u>-</u>	<u>4.500</u>
	<u><u>1.088</u></u>	<u><u>5.486</u></u>

Referem-se aos valores a pagar aos fornecedores nacionais pela contratação de serviços.

6) TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
COFINS REC.BRUTA A RECOLHER	304	455
IRRF 1708 - (P.JURIDICAS) A RECOLHER	13	244
PIS/COFINS/CSLL 5952 A RECOLHER	-	874
	<u>317</u>	<u>1.573</u>

7) PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é composto integralmente pelos superávits e déficits auferidos pelo Instituto.

Na hipótese de o Instituto perder a atribuição conferida pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, o acervo patrimonial será transferido para outra pessoa jurídica qualificada.

8) RECEITAS

É composta pelas contribuições incondicionais repassadas pelos associados durante o exercício para consecução das atividades do Instituto, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Doações - FAF	6.115.257	-
Doações - IACP	1.700.000	2.100.000
	<u>7.815.257</u>	<u>2.100.000</u>

A receita com doações IACP é composta pelas contribuições incondicionais repassadas pelos associados durante o exercício para consecução das atividades do Instituto, R\$ 1.700.000 em 2020 (R\$ 2.100.000 em 2019).

Em 2020 houve a iniciativa do Instituto, articulada com outros institutos e fundações filantrópicas, para a criação do projeto Família Apoia Família ("FAF), com o intuito de conectar diretamente ONGS que precisam de apoio para viabilizar cestas básicas para famílias desamparadas e doadores que possam ajudar, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

9) DESPESAS COM PROJETOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Apoios a projetos - FAF	(5.788.635)	-
Apoios institucional	(1.708.301)	(936.000)
Assessoria de avaliação	-	(5.000)
Outras despesas com projetos - FAF	(245.008)	-
Outras despesas com projetos - IACP	<u>(10.000)</u>	<u>-</u>
	<u>(7.751.944)</u>	<u>(941.000)</u>

Apoio Institucional

Amigos do Projeto Guri

O apoio do Instituto ACP tem ajudado a viabilizar um dos objetivos estabelecidos no plano estratégico do período 2018-2021: consolidar a organização como referência nacional na oferta de tecnologias sociais de desenvolvimento humano pela prática coletiva de música.

Para isso a organização está empreendendo um reposicionamento de marca e a prospecção ativa de novos territórios de atuação em todo país.

Patrícia Medrado

O apoio do Instituto ACP para o Instituto Patrícia Medrado espera potencializar sua capacidade de comunicação e mobilização de recursos com pessoas físicas e empresas.

Projeto Ondas

O apoio do Instituto ACP para o Projeto Ondas está a serviço do aprimoramento das suas práticas pedagógicas e de sua capacidade de comunicação e mobilização de recursos.

Artemisia

O apoio do Instituto ACP para a Artemisia será para a realização de uma avaliação de impacto que permita à organização colher e disseminar aprendizados, que servirão também para um trabalho de planejamento estratégico e tático visando seus próximos 3 anos.

Instituto Rodrigo Mendes

O apoio do Instituto ACP para o Instituto Rodrigo Mendes visa a estruturação de uma área de desenvolvimento institucional para potencializar as parcerias e a captação de recursos para o endowment, da ONG, impulsionando a perenidade da organização.

Associação Vagalume

O apoio do Instituto ACP para a Vagalume será para a implementação do novo modelo de expansão territorial deles, para potencializar a captação com pessoas físicas com ampliação da visibilidade da ONG e para o aprimoramento dos processos de gestão de pessoas da organização.

Banco de Alimentos Associação Civil - O apoio do Instituto ACP para a ONG Banco de Alimentos pretende contribuir para o aprimoramento do sistema de relacionamento da organização com seus diversos parceiros e apoiadores pessoa física, potencializando a visibilidade também de sua causa.

Apoio A Projetos - FAF

O projeto Família Apóia Família (FAF) é um movimento, uma iniciativa, articulada pelo Instituto ACP junto com outros parceiros, para convocar famílias brasileiras a doarem e se cuidarem nesse momento crítico do COVID-19.

Criamos esse canal na Benfeitoria para conectar diretamente ONGs que precisam de apoio para viabilizar cestas básicas para famílias desamparadas e doadores que possam ajudar.

Essa iniciativa nasceu no começo da pandemia, articulada por institutos e fundações filantrópicas, lideranças comunitárias e ONGs de base comunitária que se sensibilizaram por esta causa.

10) SERVIÇOS TOMADOS DE TERCEIROS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Assessoria em Gestão	(420.000)	(173.125)
Contabilidade	(15.625)	(8.201)
Auditoria	(5.488)	(5.327)
Assessoria Jurídica	<u>(2.575)</u>	<u>(10.159)</u>
	<u>(443.688)</u>	<u>(196.812)</u>

Assessoria em gestão

Refere-se aos serviços prestados referentes à administração do Instituto, o qual encontra-se devidamente formalizado por contrato de prestação de serviços.

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
ITCMD - FAF	(193.403)	-
ITCMD	(60.000)	(84.000)
Taxa de Licença Fiscaliz e Funcionamento	(170)	(163)
Outras Despesas Tributárias	<u>-</u>	<u>(750)</u>
	<u>(253.573)</u>	<u>(84.913)</u>

O ITCMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, incidente sobre a transmissão de bens móveis e imóveis, havidos em decorrência de herança ou doação a partir de 1º de janeiro de 2001.

12) DESPESAS DE COMUNICAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Taxas associativas	(11.642)	(5.975)
Hospedagem de site	(2.041)	(1.001)
Dominio web	-	(728)
Impressão	-	(720)
Outras	<u>(1.310)</u>	<u>(1.528)</u>
	<u><u>(14.993)</u></u>	<u><u>(9.952)</u></u>

13) TRABALHO VOLUNTÁRIO

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2020, o Instituto recebeu trabalhos voluntários de membros integrantes dos órgãos da Administração, no exercício de suas funções administrativas e financeiras mensurados o qual seria equivalente ao valor justo total de R\$ 15.055 em 2020 (R\$ 1.455 em 2019).

14) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<i>Receitas financeiras</i>		
Rendimento de aplicações financeiras	24.565	43.617
Outras	<u>-</u>	<u>23</u>
	24.565	43.640
<i>Despesas financeiras</i>		
IRRF sobre aplicações financeiras	(6.380)	(7.659)
Juros e multas passivos	(530)	(1.318)
Outras	<u>(177)</u>	<u>(315)</u>
	(7.087)	(9.292)
Resultado financeiro líquido	<u><u>17.478</u></u>	<u><u>34.348</u></u>

15) CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2020, o Instituto não estava envolvido em nenhuma ação judicial sobre questões trabalhistas, cíveis ou tributárias.

16) RENÚNCIA FISCAL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.9, o Instituto goza de isenção tributária, conforme a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, a qual requer a manutenção de certas obrigações, tais como: (a) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais; (b) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão; (c) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; (d) apresentar anualmente declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e (e) outros requisitos determinados na legislação.

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de lucros, o Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%)

17) COBERTURA DE SEGUROS

O Instituto não adota a política de contratar cobertura de seguros.

18) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As transações financeiras efetuadas pelo Instituto em 2020 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas a contas a pagar e a receber com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço social próximos aos valores de mercado.

O Instituto não utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a exposição de seus ativos e passivos aos riscos de mercado referentes às taxas de juros e a oscilações de moeda no mercado mundial.

19) EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes relevantes para serem divulgados.

* * *